



**Prefeitura de Catanduvas (SC)
Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2018**

**ANEXO V
Prestação de Contas de Gestão
IN 20 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS

**GESTOR: EVERALDO GABRIEL DA COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

CONSIDERANDO os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

CONSIDERANDO que o artigo 14, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“O relatório de gestão deve demonstrar a execução da programação orçamentária e o cumprimento das metas físicas da unidade jurisdicionada, avaliar os resultados da atuação da respectiva unidade no cumprimento das suas finalidades institucionais durante um exercício financeiro”.

A unidade gestora **Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas** apresenta o relatório de gestão, conforme anexo V, da Instrução Normativa TC 0020/2015.

ANEXO V
PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

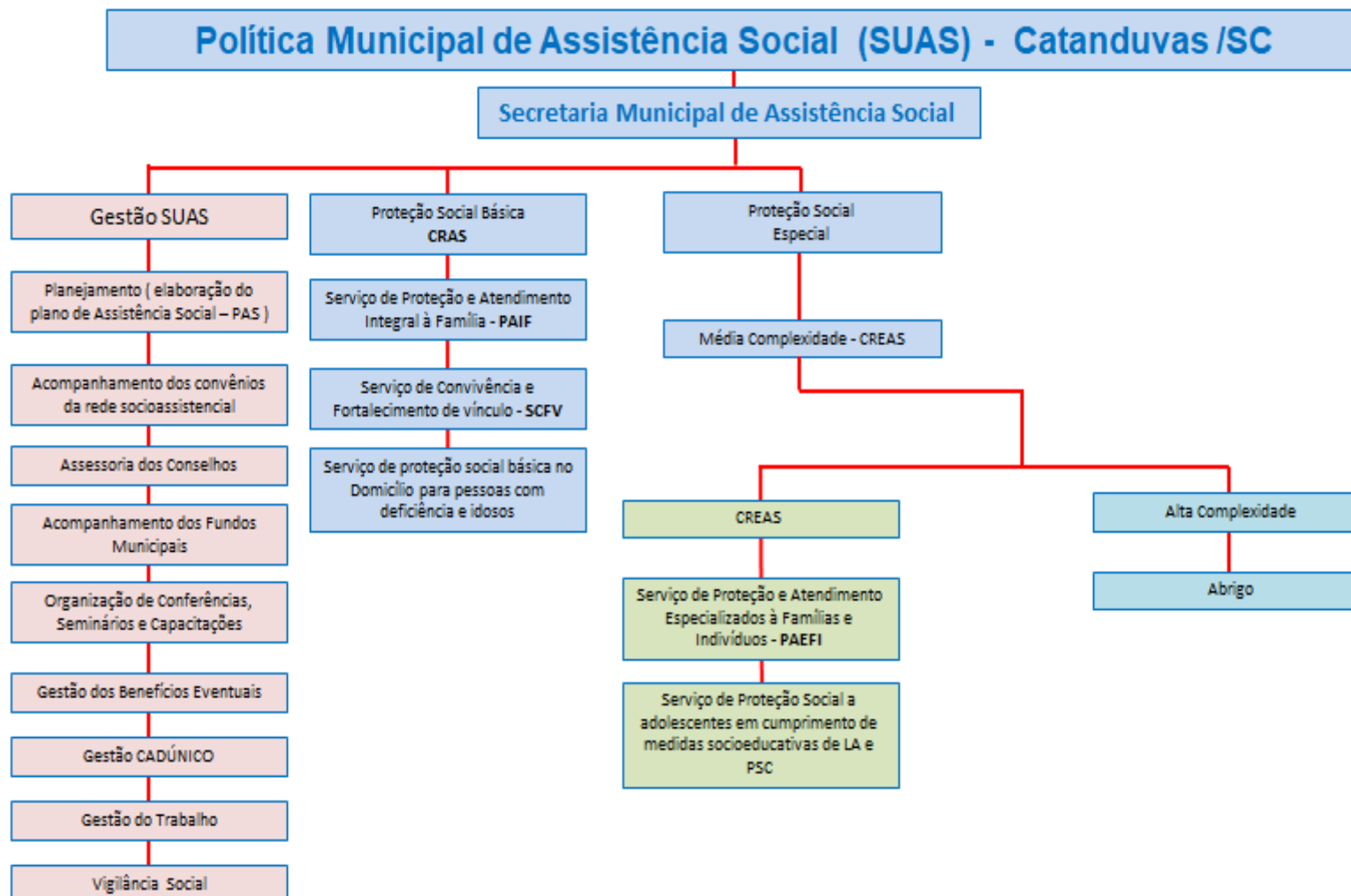
a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas (SC)
CNPJ:	11.776.999/0001-81
Endereço:	Rua da Liberdade, s/n- Centro Catanduvas (SC) – CEP 89.670-000
Telefone:	(49) 3525 6500
E-mail:	astsocial@catanduvas.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	e-mail
Prefeito	Dorival Ribeiro dos Santos	195.397.549-68	Prefeito	01/01/2017 a 31/12/2020	Ata de Posse n. 62/2017 de 1º de Janeiro de 2017	Término do Mandato em 31.12.2020	Rua Almirante Tamandaré – n. 2716 - Centro de Catanduvas (SC)	prefeito@catanduvas.sc. gov.br
Diretora de Assistência Social	Ely Terezinha Magnabosco Moterle	593.462.059-20	Diretora de Assistência Social	18/12/2017 a 07/05/2018	Portaria 7.420/17	Portaria 7.562/18	Rua Felipe Schmidt – S/N – Catanduvas (SC)	astsocial@catanduvas.sc. gov.br
Secretário Municipal de Assistência Social	Everaldo Gabriel da Costa	693.272.039.68	Secretário Municipal de Assistência Social	08/05/2018 a 31/12/2018	Portaria 7.554/18	-	Rua da Liberdade – Cidade Jardim Catanduvas (SC)	ast_social@catanduvas. sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei de Criação: Lei complementar n. 120 de 17 de novembro de 2015.

À Secretaria Municipal de Assistência Social compete, entre outras a execução das políticas sociais, especialmente daquelas voltadas a atenção ao idoso, a criança e as entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, supervisionar e coordenar as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cooperar nas atividades do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o Estatuto próprio, executar as diretrizes e observar as determinações da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, atuar de forma integrada com os demais órgãos do Governo Municipal objetivando o atingimento das metas de assistência social e a saúde, de forma universalizada, ampla e irrestrita a população catanduvense, estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas a atenção a assistência social; coordenar e organizar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em âmbito local; planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais; organizar a rede sócio assistencial por níveis de proteção social básica e especial; manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais; realizar a gestão integrada de serviços e benefícios; promover a articulação Inter setorial dos serviços sócio assistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos; elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços sócio assistenciais; efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços; gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de Direitos a ela vinculados; organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social; gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais; elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social; assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de Direitos a ela vinculados; desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços; desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial; desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação; elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas no exercício financeiro.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS:

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Exercício	2018
		Formalização	Valor Anual Transferido (Pago)
Associação Casa de Apoio Santa Clara – ACASC	Contribuição	Termo de Colaboração 0004/20018	R\$ 2.046,00
Sociedade Patronato Anjo da Guarda – SPAG	Contribuição	Termo de Colaboração 0001/2018	R\$ 120.000,00
Total			R\$ 122.046,00

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações Atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Recomendações e Orientações: Contratos e seus Aditivos	Verificação da Possibilidade ou não da Adição de Contratos	Setor de Compras e Secretário	Verificação da possibilidade jurídica da adição de contratos, conveniência e benefício ao erário.	Redução dos pedidos de aditivos e maiores solicitações de licitação.
Fiscalização do controle de ponto dos servidores.	Direcionamento das comunicações por um único servidor mediante ciência do Gestor.	Diretoria de Assistência Social	Encaminhamento das informações conforme requerido.	Encaminhamento dos atestados no prazo indicado pelo setor de Recursos Humanos.
Verificação e melhor descrição dos termos de referência.	Descrição qualificada dos itens a serem licitados.	Diretoria de Assistência Social.	Adoção de medidas para melhor descrever os produtos licitados.	Aquisição de produtos de qualidade.

b) Recomendações pendentes:

Não há recomendações pendentes.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão na unidade gestora.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

a) identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:

<p>Sociedade Patronato Anjo da Guarda CNPJ: 84.590.256/0001-96 Inexigibilidade de Chamamento Público 0001/2018 – Lei 13.019/14</p>

- **Âmbito de Atuação da Entidade:** A Sociedade Patronato Anjo da Guarda é uma instituição sem fins econômicos, de caráter assistencial, educacional e cultural, que traça seus parâmetros com base na Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990.

A entidade mantém uma casa de acolhimento provisório, adequado às atividades e prestação de serviços de educação, assistência social, saúde, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

- **Regulamentação da Contratação de Obras e Serviços:** A critério da entidade, desde que de acordo com o termo de colaboração.
- **Informações Sobre o Termo de Parceria:** Inexigibilidade de Chamamento Público – Lei 13.019/2014
- **Objeto:** Acolhimento institucional para crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos.
- **Vigência:** Janeiro de 2018 – Dezembro de 2018.
- **Obrigatoriedade:** Termo de Ajustamento de Conduta (06.2013.0003006-6)
- **Repasse:** R\$ 120.000,00 - Parcelas de R\$ 10.000,00

Data	Valor	Modalidade
13.04.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
16.04.2018	R\$ 30.000,00	Termo de Colaboração
11.05.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
15.06.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
11.07.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
07.08.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
06.09.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
09.10.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
07.11.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
12.12.2018	R\$ 10.000,00	Termo de Colaboração
Valor Total - 2018	R\$ 120.000,00	

- **Avaliação de Metas e Índices**

Não há como mensurar metas e índices avaliativos da parceria. Trata-se de instituição de acolhimento que conta com o auxílio financeiro dos municípios da Comarca de Catanduvas (SC).

O termo de colaboração, assim como a inexigibilidade de chamamento público foi regido mediante as condições do Termo de Ajustamento de Conduta (06.2013.0003006-6) firmado entre os municípios da Comarca de Catanduvas e o Ministério Público.

Da parceria em comento, conclui-se que as atividades que deveriam ser desempenhadas pela entidade foram desenvolvidas com êxito.

Os recursos repassados foram utilizados em despesas autorizadas pela legislação e termo de colaboração.

Associação Casa de Apoio Santa Clara
CNPJ: 08.321.413/0001-80

Inexigibilidade de Chamamento Público 0004/2018 – Lei 13.019/14

- **Âmbito de Atuação da Entidade:** A Associação Casa de Apoio Santa Clara é uma associação de direito privado, religiosa e sem fins lucrativos.

A entidade presta serviços de atendimento e acolhimento à saúde e assistência social às pessoas “excluídas” da sociedade, do sexo feminino com idade entre 21 e 60 anos com distúrbios psíquicos, bipolaridade e depressão leve a moderada.

- **Regulamentação da Contratação de Obras e Serviços:** A critério da entidade, desde que de acordo com o termo de colaboração.
- **Informações Sobre o Termo de Parceria:** Inexigibilidade de Chamamento Público – Lei 13.019/2014
- **Objeto:** Acolhimento institucional de mulheres entre 21 e 60 anos acometidas por transtornos psíquicos de natureza leve a moderada.
- **Vigência:** 14 de Setembro de 2018 a 14 de Setembro de 2019.
- **Obrigatoriedade:** Autos nº 0900038-13.2016.8.24.0218
- **Repasse:** R\$ 7.506,00 no período de vigência

Data	Valor	Modalidade
01.10.2018	R\$ 1.500,00	Termo de Colaboração
04.12.2018	R\$ 546,00	Termo de Colaboração
Valor Total – 2018	R\$ 2.046,00	

- **Avaliação de Metas e Índices:**

Considerando que a parceria não perfectibilizou o período de um exercício completo, não foi efetuada a avaliação pormenorizada da parceria. Todavia, são realizadas visitas para verificação do cumprimento do termo de colaboração.

Ressalta-se que a parceria em suma se deu em razão da obrigatoriedade do acolhimento institucional de uma munícipe catanduense, devidamente determinado nos autos de n. 0900038-13.2016.8.24.0218.

Da parceria em comento, conclui-se que as atividades que deveriam ser desempenhadas pela entidade foram desenvolvidas com êxito.

Os recursos repassados foram utilizados em despesas autorizadas pela legislação e termo de colaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015, encaminhamos o relatório de gestão, da Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas.

Everaldo Gabriel da Costa
Gestor
Secretário Municipal de Assistência Social
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2019.